



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

Prezados senhores,

Em caso de empate na 1ª fase da Olimpíada Jurídica 2009, considerar-se-á a pontuação obtida nas questões seguintes, obedecendo-se, **obrigatoriamente**, à seguinte ordem preestabelecida.

- I. 12
- II. 13
- III. 15
- IV. 21
- V. 25
- VI. 27

Boa Prova!
Comissão Organizadora

1. Assinale a assertiva correta:

- A) No sistema processual interamericano de defesa dos Direitos Humanos, é atribuída aos indivíduos vitimados, denominados sujeitos de direito internacional, a capacidade processual perante órgãos de supervisão internacional que consiste no direito de petição individual e também no direito de recorrer às instâncias internacionais de qualquer nível.
- B) Determinado Estado ratificou sua adesão à Convenção Americana de Direitos Humanos. Um cidadão deste país tenta levar interesse jurídico próprio, relacionado à lesão a Direitos Humanos, ao julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Esta, porém, ao reconhecer que o referido Estado – embora tendo aderido à Convenção – não reconheceu expressamente a sua jurisdição, declara a impossibilidade do julgamento pretendido, num procedimento consentâneo com o sistema processual interamericano de proteção dos Direitos Humanos.
- C) Dada à natureza fundamental dos direitos sob sua jurisdição, o sistema interamericano processual de defesa dos Direitos Humanos admite o recebimento, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de petição individual, denunciando violações de Direitos Humanos, ainda que não esgotadas as possibilidades recursais da jurisdição interna do país de origem.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

- D) O sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos e seu mecanismo de petições individuais não admite demandas relacionadas ao meio ambiente.
- E) A Corte Interamericana de Direitos Humanos não possui competência contenciosa jurisdicional, salvo exceções expressamente previstas na Convenção. Seus atos são praticados sob competência consultiva, podendo se converter em casos contenciosos quando os Estados que reconhecem sua jurisdição mostram-se refratários à correção de suas condutas ameaçadoras dos Direitos Humanos.

2. Acerca da aplicabilidade dos direitos fundamentais, observe os itens a seguir:

I – Os princípios programáticos não devem ser lidos como se fossem apelos de uma retórica vazia, frívola ou supérflua, mas como se fossem dotados de eficácia, apesar da função projetiva dos mesmos. Os direitos fundamentais devem repercutir na totalidade do sistema jurídico e, por conseguinte, na vida real.

II – O princípio da força normativa da Constituição influencia a interpretação das normas constitucionais programáticas, mas não tem o mesmo efeito sobre as normas constitucionais de eficácia limitada.

III – Embora tenha crescido o interesse sobre a matéria, principalmente após a Constituição Federal de 1988, ainda não foi possível maximizar o trabalho de adequação do direito infraconstitucional à nova Constituição, por intermédio de interpretações, as quais têm, como “filtro”, o Diploma Base, verificando sempre, em última análise, as normas que emanam do texto constitucional, principalmente os direitos fundamentais.

→ Marque a opção correta:

- A) Apenas a opção I está correta.

OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE

- B) Apenas a opção II está correta.
- C) Apenas a opção III está correta.
- D) Apenas a I e a II estão corretas.
- E) Apenas a I e a III estão corretas.

3. Sobre os Direitos Humanos, avalie as opções abaixo.

I – A República Federativa do Brasil não é regida nas suas relações internacionais pelo princípio da independência nacional e pelo princípio da prevalência dos Direitos Humanos.

II – Já no preâmbulo da Constituição brasileira, pode-se perceber expressa menção à observância dos Direitos Humanos, pois há referência ao exercício dos direitos sociais e individuais, à liberdade, à segurança, ao bem-estar, ao desenvolvimento, à igualdade e à justiça dos Direitos Humanos como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

III – A internacionalização dos direitos do homem teve início na segunda metade do século XIX, tendo-se manifestado na área do direito humanitário, na luta contra a escravidão e na regulação dos direitos do trabalhador assalariado. Neste sentido, surgiu o primeiro documento normativo de viés internacional – a Convenção de Genebra.

IV – O contexto no qual apareceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas foi o pós-guerra com a Assembléia Geral da OEA (Organização dos Estados Americanos) de 1990.

→ Assinale a opção correta:

- A) Todas as proposições são verdadeiras.
- B) Todas as proposições são falsas.
- C) Apenas uma proposição é verdadeira.
- D) Apenas duas proposições são verdadeiras.



**OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE**

E) Apenas uma proposição é falsa.

4. No que diz respeito aos tratados e às convenções internacionais sobre Direitos Humanos, analise as opções abaixo:

I – Os tratados que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Emendas Constitucionais.

II – Com a inclusão do §3º à Constituição Federal de 1988, restou superado o entendimento de que os tratados internacionais de Direitos Humanos têm força jurídica de norma infraconstitucional.

III – Há voto recente do Ministro Gilmar Mendes, que fixa o entendimento de que todos os tratados internacionais de Direitos Humanos têm caráter supralegal.

IV – Segundo a doutrina, dentre alguns textos que marcaram a consagração de um conjunto denominado “direitos do homem”, devem mencionar-se as principais declarações do Século XVIII, fruto de inspiração jusnaturalista.

→ Marque a opção correta:

- A) Todas as proposições são falsas.
- B) Todas as proposições são verdadeiras.
- C) Uma proposição é verdadeira.
- D) Duas proposições são falsas.
- E) Uma proposição é falsa.

5. Analise as afirmativas abaixo:



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

I – Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que devido à grave e generalizada violação de Direitos Humanos, é obrigado a deixar seu país de origem para buscar refúgio em outro país.

II – Os tratados de Direitos Humanos impõem que se reconheçam ao indivíduo, independente de seu vínculo de nacionalidade, os direitos mínimos à existência digna.

III – Norberto Bobbio prefere não falar em fundamentos dos direitos do homem, mas de diversos fundamentos conforme o direito.

IV – A Declaração Universal dos Direitos Humanos se propõe a promover o respeito aos direitos e às liberdades e a adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva.

→ Marque a opção correta:

- A) Todas as proposições são verdadeiras.
- B) Todas as proposições são falsas.
- C) Apenas uma proposição é verdadeira.
- D) Apenas duas proposições são verdadeiras.
- E) Apenas três proposições são verdadeiras.

6. Considere as assertivas a seguir:

I – Não é unânime o entendimento de que Direitos Humanos são direitos indispensáveis à realização da natureza humana.

II – São considerados Direitos Humanos a incorporação de direitos subjetivos do homem em normas formalmente básicas, subtraindo-se o seu reconhecimento e a garantia à disponibilidade do legislador ordinário.

OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

III – Para Robert Alexy, os Direitos Humanos têm uma validade universal independentemente de qualquer posituação. O núcleo fundamental dos Direitos Humanos estabelece exigência a cada ordem jurídica.

IV – Conferência de Viena (2008): Direitos Humanos e liberdades fundamentais são direitos de alguns indivíduos, em razão do princípio da igualdade.

→ Marque a opção correta:

- A) Todas as proposições são verdadeiras.
- B) Todas as proposições são falsas.
- C) Duas proposições são verdadeiras.
- D) Uma proposição é falsa.
- E) Uma proposição é verdadeira.

7. Quanto aos Direitos Fundamentais da pessoa humana, NÃO é possível afirmar:

- A) A Constituição da República assegura a plena liberdade de associação para fins lícitos, sendo vedada, contudo, no que se refere à associação profissional ou sindical, a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou pelos empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- B) A Constituição da República assegura que estão incluídos, entre os princípios sensíveis da federação, os direitos da pessoa humana, cuja inobservância pode resultar em intervenção federal nos Estados, decretada pelo Presidente da República e, no caso de provimento pelo Supremo Tribunal Federal, com representação formulada pelo Procurador-Geral da República.
- C) A Constituição da República assegura que a preconização da criação de tribunal internacional dos Direitos Humanos, no que tange aos princípios regedores das relações internacionais pactuadas pelo Brasil.

OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

- D) A Constituição da República assegura que se garante aos presos o respeito à integridade física e moral, resguardando que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou de crime propriamente militar, definidos em lei. Além disso, deve o preso ser informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe ainda garantida a assistência da família e do advogado.
- E) A Constituição da República assegura que, nas relações internacionais, mantidas pela República Federativa do Brasil, nosso Estado se regerá pelo princípio da prevalência dos Direitos Humanos, podendo, inclusive, em nome de tal princípio maior, ser prejudicada a eficiência ao combate à criminalidade, por isso não há que se falar em responsabilidade do Estado nessa situação de exceção.

8. Quanto à evolução histórica dos Direitos Humanos, considere as afirmativas:

- I** – Ingo Sarlet critica a denominação geração de direitos, já que o conceito geração dá idéia de que os direitos foram sendo substituídos ao longo do tempo.
- II** – Ingo Sarlet não critica a denominação geração de direitos.
- III** – Ingo Sarlet critica a denominação geração de direitos, porque o conceito geração dá idéia de que os direitos foram sendo substituídos ao longo do tempo. Todavia, para o autor, não ocorreu tal sucessão, já que o reconhecimento progressivo de direitos fundamentais precisa ser visto como um processo cumulativo.
- IV** – O autor considera que a terminologia dimensão de direitos é a mais coerente e adequada, pois os direitos fundamentais se encontram num processo de cumulação e de fortalecimento.

OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE

→ Assinale a opção correta:

- A) Uma proposição é verdadeira.
- B) Uma proposição é falsa.
- C) Duas proposições são falsas.
- D) Todas as proposições são verdadeiras.
- E) Todas as proposições são falsas.

9. Considerando o posicionamento do STF, analise as assertivas abaixo:

I – Não mais subsiste, no modelo normativo brasileiro, a prisão civil por infidelidade depositária, independentemente da modalidade de depósito, quer seja depósito voluntário (convencional) ou quer seja depósito necessário, como o é o depósito judicial. Incabível, desse modo, no sistema constitucional vigente no Brasil, a decretação de prisão civil do depositário infiel.

II – O Supremo Tribunal Federal considera o que dispõe a Convenção Americana sobre Direitos Humanos/Pacto de São José da Costa Rica (Artigo 7º, § 7º) e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Artigo 11).

III – O STF entende que restou revogada a Súmula 619, que autorizava a decretação da prisão civil do depositário judicial no próprio processo em que se constituiu o encargo, independentemente do prévio ajuizamento da ação de depósito.

IV – Vê-se, daí, que a decretação da prisão civil do depositário infiel, inclusive a do depositário judicial, constitui ato arbitrário, sem qualquer suporte em nosso ordenamento positivo, porque é absolutamente incompatível com o sistema de direitos e garantias consagrado na Constituição da República e nos tratados internacionais de Direitos Humanos.

→ Assinale a opção correta:

OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE

- A) Uma proposição é verdadeira.
- B) Duas proposições são falsas.
- C) Uma proposição é falsa.
- D) Todas as proposições são verdadeiras.
- E) Todas as proposições são falsas.

10. Considerando a questão de enquadramento terminológico “dimensões” e “gerações” dos Direitos Humanos, analise as assertivas:

I – Paulo Bonavides entende que os direitos da primeira, segunda e terceira “gerações” “abriram caminho ao advento de uma nova concepção de universalidade dos Direitos Humanos fundamentais”.

II – Celso Lafer considera que a primeira “geração” de direitos viu-se igualmente complementada historicamente pelo legado do socialismo, ou seja, pelas reivindicações dos desprivilegiados a um direito de participar do bem-estar social.

III – Lafer considera, ainda, que os direitos de crédito, denominados de direitos econômico-sociais e culturais, podem ser encarados como direitos que tornam reais direitos formais: procuraram garantir a todos o acesso aos meios da vida.

IV – Bonavides também considera que a nova universalidade procura, enfim, subjetivar, de forma concreta e positiva, os direitos da tríplice “geração” na titularidade de um indivíduo que, antes de ser o homem deste ou daquele país, de uma sociedade desenvolvida ou subdesenvolvida, é pela sua condição de pessoa um ente qualificado por sua pertinência ao gênero humano, objeto daquela universalidade.

→ Assinale a opção correta:

- A) Uma proposição é verdadeira.



**OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE**

- B) Duas proposições são falsas.
- C) Uma proposição é falsa.
- D) Todas as proposições são verdadeiras.
- E) Todas as proposições são falsas.

11. O princípio da proporcionalidade é utilizado constantemente com o objetivo de encontrar solução envolvendo direitos fundamentais. Verifique as assertivas a seguir:

I – Deve acrescer às bases do *princípio da proporcionalidade* (junção *fim e meio*) um terceiro elemento, a saber, a situação de fato; estabelecendo, então, a relação triangular *fim, meio e situação*, para corrigir insuficiências da dualidade antecedente. Com essa visão, o *princípio da proporcionalidade* praticamente se entrelaça ao método tópico de interpretação.

II – Um dos subprincípios da proporcionalidade é a “necessidade”, também conhecido como “princípio da exigibilidade” ou da “menor ingerência possível”, por meio deste a medida excederá os limites indispensáveis à conservação do fim legítimo que se deseja.

III – O *princípio da proporcionalidade*, tal como desenhado no direito alemão de onde se irradiou para os demais ordenamentos jurídicos, desdobra-se em três aspectos: a) *adequação*; b) *exigibilidade* e c) *proporcionalidade em sentido estrito*, os quais, separadamente, dão-lhe a densidade indispensável para alcançar a funcionalidade pretendida pelos operadores do direito.

IV – Uma das aplicações mais proveitosas, contidas potencialmente no princípio em questão, é aquela que o faz instrumento de interpretação toda vez que ocorre antagonismo entre direitos fundamentais e se busca a solução conciliatória.



**OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE**

→ Marque a opção que contém informações corretas:

- A) Apenas a opção I;
- B) Apenas a opção II;
- C) Apenas a opção III;
- D) Apenas as opções I e IV;
- E) Apenas as opções II e III.

12. De acordo com a Constituição da República de 1988, avalie as assertivas abaixo:

I – Os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, principalmente, dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

II – Os tratados e as convenções internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

III – Nas hipóteses de leve violação de Direitos Humanos, o Presidente da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou do processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

IV – Aos juízes federais, compete processar e julgar as causas relativas a Direitos Humanos, nas hipóteses de leve violação, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil não seja parte.



**OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE**

→ Aponte a opção correta:

- a) Uma proposição é verdadeira.
- b) Duas proposições são falsas.
- c) Uma proposição é falsa.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

13. São apresentadas abaixo cinco alternativas, sendo que quatro delas podem expressar afirmações verdadeiras e uma pode expressar uma afirmação falsa, ou quatro podem expressar afirmações falsas e uma pode expressar uma afirmação verdadeira.

Assinale a alternativa que se distingue das demais.

- A) *Entrenchment* é o termo utilizado pela doutrina para se referir à tutela jurídica do conteúdo mínimo dos direitos fundamentais, respaldada em uma legitimação social, evitando que possa haver um retrocesso, seja através de sua supressão normativa ou por intermédio da diminuição de suas prestações à coletividade.
- B) Pelo princípio da vedação do retrocesso, que não é expresso, mas decorre do sistema jurídico-constitucional, entende-se que se uma lei, ao regulamentar um mandamento constitucional, instituir determinado direito, ele se incorpora ao patrimônio jurídico da cidadania e não pode ser arbitrariamente suprimido.
- C) O princípio da proibição do retrocesso é incompatível com a existência de normas constitucionais de eficácia contida ou restringível.
- D) O princípio da proibição do retrocesso decorre de modo implícito do sistema constitucional, designadamente do princípio da dignidade da pessoa humana e do princípio da máxima eficácia e efetividade das normas definidoras de direitos fundamentais, dentre outros.
- E) Há o consenso na doutrina e na jurisprudência brasileira quanto à existência de uma proteção contra o retrocesso, mas este consenso também abrange o reconhecimento de que tal proteção não pode assumir um caráter absoluto.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE

14. Verifique as assertivas a seguir e observe se são verdadeiras ou falsas, após marque a opção correta:

()	Os direitos fundamentais são, em verdade, concretização do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.
()	Quando se fala da eficácia dos direitos fundamentais, decorrentes da prescrição contida no art. 5º, § 1º da Constituição Brasileira de 1988, este comando se restringe aos órgãos estatais.
()	A lacuna constitui um estado incompleto ou imperfeito do sistema, que deve ser preenchido ou corrigido utilizando-se do <i>princípio da plenitude do ordenamento jurídico</i> e da <i>unidade da ordem jurídica</i> . O princípio da dignidade da pessoa humana nem sempre se presta para suprir as lacunas, que abarcam os direitos fundamentais.
()	O princípio da dignidade da pessoa humana é o fio condutor de toda a ordem constitucional, inclusive naquilo que concerne à ordem econômica.
()	O indivíduo, por força de preceptivo constitucional, encontra-se protegido dentro do núcleo dos direitos fundamentais, inclusive da atuação do próprio Estado.

- A) V, V, F, F, V.
 B) V, F, F, V, V.
 C) V, F, F, V, F.
 D) V, V, F, F, V.
 E) V, V, V, F, F.

15. São apresentadas abaixo cinco alternativas, sendo que quatro delas podem expressar afirmações verdadeiras e uma pode expressar uma afirmação falsa, ou quatro podem expressar



**OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE**

afirmações falsas e uma pode expressar uma afirmação verdadeira.

Assinale a alternativa que se distingue das demais.

- A) Direitos de *status negativus* ou pretensão de resistência à intervenção estatal são direitos que permitem aos indivíduos resistir a uma possível atuação do Estado.
- B) Os direitos de resistência correspondem à concepção liberal clássica que procura impor limitações à atividade do Estado, para preservar a liberdade pessoal que inclui a atuação econômica e o usufruto da propriedade.
- C) Os direitos de *status positivus* englobam os direitos que permitem ao indivíduo exigir determinada atuação do Estado no intuito de melhorar as condições de vida.
- D) Os direitos sociais são direitos coletivos e têm como objetivo a melhoria de vida de vastas categorias da população.
- E) Os direitos de *status activus* ou políticos ou de participação oferecem a possibilidade de participar na determinação da política estatal de forma ativa.

16. O artigo 5º, *caput*, da Constituição de 1988 prescreve que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. A este respeito, considere as afirmativas abaixo:

- I – Não apenas os brasileiros e os estrangeiros residentes no país, mas também os estrangeiros não residentes estão protegidos pela norma constitucional em comento.
- II – Os estrangeiros residentes no país só estarão protegidos por esta norma constitucional se cumprirem todos os deveres fundamentais que são exigidos dos brasileiros.



**OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE**

III – Os estrangeiros não residentes no país só estarão protegidos por esta norma constitucional se cumprirem todos os deveres fundamentais que são exigidos dos brasileiros.

→ Tendo estas afirmações em conta, assinale a alternativa correta.

- A) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- B) Somente a afirmativa II é verdadeira.
- C) Somente a afirmativa III é verdadeira.
- D) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- E) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.

17. São apresentadas abaixo cinco alternativas, sendo que quatro delas podem expressar afirmações verdadeiras e uma pode expressar uma afirmação falsa, ou quatro podem expressar afirmações falsas e uma pode expressar uma afirmação verdadeira.

Assinale a alternativa que se distingue das demais.

- A) O *efeito horizontal* dos direitos fundamentais (*Drittwirkung*) limita o poder do Estado em relação ao indivíduo.
- B) O *efeito horizontal* direto dos direitos fundamentais decorre da aplicação mediata de normas constitucionais em conflitos entre particulares.
- C) O *efeito horizontal* indireto dos direitos fundamentais decorre da aplicação mediata de normas constitucionais em conflitos entre o indivíduo e o Estado.
- D) O *efeito vertical* dos direitos fundamentais manifesta-se nas relações caracterizadas pela desigualdade entre o “inferior” (indivíduo) e o “superior” (Estado), para que este não desrespeite os direitos daquele.
- E) O critério decisivo para a aplicação da teoria do *efeito horizontal* dos direitos fundamentais é uma desigualdade geral e de cunho material (ricos x pobres, empregadores x empregados, fornecedores x consumidores etc.).

OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE

18. Concernente à Teoria da Interpretação dos Direitos Fundamentais, defendida pela nova hermenêutica constitucional, verifique se as asserções são verdadeiras ou falsas, consoante a teoria supracitada:

()	O centro de gravidade dos estudos constitucionais, não obstante tenha se transportado, de um ínfimo viés, para a parte de fundo e conteúdo da Lei Maior, correspondente aos direitos fundamentais e as garantias processuais da liberdade, sob a égide do Estado Social. Por outro viés, continua tendo como preocupação dominante das forças e das correntes mais que circulam o constitucionalismo hodierno o traçar a linha das competências indispensáveis ao seu correto e seu efetivo funcionamento. Isso se afirma, porque, muito mais do que um direito ou uma lei, a Constituição é uma idéia, responsável por exercer uma alta influência na ciência do Direito contemporâneo, qual seja: os direitos fundamentais, em rigor, não se interpretam, concretizam-se. Aliás, os métodos gramatical, lógico, sistemático e histórico são absolutamente abertos aos valores, já que não são nada neutros em sua aplicação e, por isso mesmo, adequados para interpretar os direitos fundamentais.
()	A formação da teoria valorativa dos direitos fundamentais passa por dois períodos consecutivos facilmente identificáveis: um que transcorre em região abstrata e teórica, em que se vincula a indagações metafísicas, fenomenológicas e axiológicas propriamente ditas, expendidas por filósofos e jusfilósofos, determinados a inquirir, nos valores, a essência dos comportamentos humanos e sociais; outro que se desdobra na esfera de concepções doutrinárias, extraídas diretamente da realidade jurídica, ou seja, dos valores que aí se concretizam formando o espírito e a unidade do ordenamento positivo, valores, para assim dizer, captados na jurisprudência constitucional dos tribunais. Disso advém uma conclusão: só os direitos fundamentais, como ordem valorativa, legitimam o poder do Estado. E se dessa afirmação incline-se alguém a extrair alguma objeção à primeira vista no sentido de inferiorizar a teoria dos valores, sem dúvida de que a suposta objeção pode ser removida mediante o emprego de técnicas legitimadoras de racionalidade política, de fundo democrático, capazes de embargar a ditadura constitucional dos tribunais, isto é, o temido governo dos juízes.
()	No Direito, o valor não é uma categoria ontológica; não tem ser, tem validade. A importância jurídico-constitucional do valor assume, na época contemporânea, uma latitude de normatividade sem precedentes desde que os princípios foram postos no topo da hierarquia constitucional. E os princípios são valores. Sendo valores, são também normas, com uma

OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE

	<p>dimensão de juridicidade máxima. A equiparação valor-norma representa, de certo modo, um dos avanços mais arrojados e significativos da ciência constitucional de nosso tempo, uma vez estabelecida, proclamada ou reconhecida, ocasiona uma ruína programática das Constituições, porquanto se sabe que as chamadas normas programáticas foram sempre uma espécie de salvo-conduto para as omissões do constitucionalismo liberal no campo da positividade social do Direito. Como a Constituição se constitui num sistema de princípios superiores, providos de supremo teor normativo, é possível, então, a partir de sua unidade sistêmica, restaurar, em sede de hermenêutica, a teoria dos valores como teoria de normas principais, com primazia nas esferas doutrinárias e jurisprudenciais do constitucionalismo.</p>
()	<p>Desse modo, poderia ser vislumbrado na proporcionalidade não somente um critério de contenção do arbítrio de poder e de salvaguarda da liberdade, mas também, por igual, em nível hermenêutico, um excelente mecanismo de controle, apto a solver, por via conciliatória, problemas derivados de uma eventual colisão de princípios, isso tocante à interpretação de direitos fundamentais. Seguindo essa trilha constitucionalista hermenêutica, urge assinalar que nenhum desses princípios, deixando de ser aplicado na hipótese de conflito, é sacrificado ou expulso do ordenamento jurídico, qual sói acontecer com a norma inconstitucional. Afinal, o princípio, cuja aplicabilidade ao caso concreto se viu recusada por ensejo da ponderação estimativa de valores, bens e interesses, levada a cabo pelo intérprete, continua a circular válido na corrente normativa do sistema, conservando intacta a possibilidade de aplicação futura.</p>

→ Marque a opção correta:

- A) F, V, V, V;
- B) F, F, V, V;
- C) F, V, V, F;
- D) F, F, F, V;
- E) V, F, F, V.

19. Segundo o magistério de Ingo Wolfgang Sarlet, é possível afirmar que:



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

I – A *reserva do possível* abrange a efetiva disponibilidade fática dos recursos para a efetivação dos direitos fundamentais.

II – A *reserva do possível* abrange a disponibilidade jurídica dos recursos materiais e humanos.

III – Na perspectiva do eventual titular de um direito a prestações sociais, a *reserva do possível* envolve o problema da proporcionalidade da prestação, em especial no tocante à sua exigibilidade e, nesta quadra, também da sua razoabilidade.

IV – A *reserva do possível* constitui espécie de limite jurídico e fático dos direitos fundamentais, mas também poderá atuar em determinadas circunstâncias, como garantia dos direitos fundamentais.

→ Assinale a alternativa abaixo que corresponde ao que foi afirmado.

- A) Somente uma afirmativa é verdadeira.
- B) Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- C) Somente três afirmativas são verdadeiras.
- D) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- E) Nenhuma afirmativa é verdadeira.

20. Considere as afirmativas abaixo, que correspondem à idéia de igualdade em Hegel:

I – A *igualdade* é cultural, histórica e, por isso mesmo, dialética, só podendo ser pensada no plano da liberdade e no confronto com a própria desigualdade.

II – A *igualdade* não é um dado ou algo dado efetivamente ao homem, mas é construída na ação histórica do homem.



**OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE**

III – A *igualdade* é o reconhecimento da individualidade livre, por meio de uma ordem política em que se eliminam todos os privilégios e a contingência, ou seja, toda espécie de irracionalidade, o que se dá no Estado racional.

→ Diante dessas afirmativas, assinale a alternativa correta.

- A) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- B) Somente a afirmativa II é verdadeira.
- C) Somente a afirmativa III é verdadeira.
- D) Nenhuma afirmativa é verdadeira.
- E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

As questões de números 21, 22 e 23 referem-se às contribuições acerca da temática dos Direitos Humanos, trazidas pela professora Flávia Piovesan, no livro – fruto de sua tese de Doutorado – Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.

21. O Brasil, em consonância com uma ampla gama de outros países, está comprometido com o movimento de internacionalização dos Direitos Humanos. Assim, cumpre investigar de que modo o direito interno brasileiro recepciona os instrumentos internacionais de proteção dos Direitos Humanos, entendidos por Louis Henkin como “reivindicações morais e políticas [reconhecidas como ‘de direito’] que, no consenso contemporâneo, todo ser humano tem ou deve ter perante sua sociedade ou governo”. Sobre este aspecto, marque a resposta **INCORRETA:**

- A) Devido ao crescente movimento de posituação no âmbito internacional, a principal fonte jurídica do Direito Internacional na contemporaneidade são os

OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

tratados internacionais (ou: Convenção, Pacto, Protocolo, Convênio, Acordo Internacional), compreendidos como acordos internacionais obrigatórios e vinculantes celebrados entre sujeitos de Direito Internacional [Estados e/ou organizações internacionais] e regidos pelo Direito Internacional. Além desta fonte normativa, a autora chama a atenção ainda para o costume internacional e os princípios gerais de direito (estes últimos em decorrência do movimento do Pós-Positivismo).

B) No sentido de entender o significado jurídico dos tratados internacionais de Direitos Humanos, cumpre enfatizar que o seu conceito envolve:

- (i) a necessidade de consentimento por parte dos Estados-parte para sua adoção, enquanto decorrência do exercício da soberania estatal. No entanto, é possível que as obrigações, decorrentes dos tratados internacionais, abranjam também estados que não lhes ofereceram anuência, desde que os preceitos insertos no tratado já tenham sido incorporados pelo costume internacional;
- (ii) a boa-fé – se os tratados internacionais forem fruto de livre consentimento (e não de ameaça ou de uso da força – casos em que serão considerados nulos), os Estados-parte não podem invocar incompatibilidades com o direito interno a fim de se eximirem do cumprimento das obrigações legais geradas pelos tratados;
- (iii) a permissão de formulação de reservas – declaração unilateral por parte do Estado a fim de alterar ou de excluir o efeito jurídico de alguns preceitos do tratado quando aplicados naquele Estado; sendo permitido inclusive que as reservas incompatibilizem-se com a natureza e com o propósito do tratado, uma vez que a celebração de acordos internacionais constitui-se em exercício pleno da soberania estatal.

C) As exigências constitucionais relativas ao processo de formação dos tratados variam de Estado para Estado. O Brasil apresenta a seguinte sistemática constitucional a ser respeitada para que os tratados possam produzir efeitos jurídicos:

- (i) celebração por representante do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 84, VIII, CF/88 (compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais);



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

- (ii) aprovação do tratado pelo Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, de acordo com o que versa o art. 49, I, CF/88;
- (iii) ratificação pelo Presidente da República, seguida da troca ou depósito do instrumento de ratificação. Ressalta-se, por fim, que a sistemática brasileira, voltada para a produção de conseqüências jurídicas, advindas da celebração de tratados internacionais, privilegia a Teoria da Separação dos Poderes, já que Legislativo e Executivo concorrem para tanto, evitando, assim, concentração e abuso de poder no que tange à celebração dos acordos no plano internacional.

D) Não obstante as conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos, enquanto disciplina do Direito dotada de especificidade própria, Antônio Augusto Cançado Trindade defende a consolidação de um novo ramo autônomo de proteção do ser humano, para além do plano puramente internacional: o Direito dos Direitos Humanos, numa tentativa de tratamento não compartimentalizado entre o direito internacional e o direito interno. Isso porque o cumprimento das normas, oriundas de acordos internacionais obrigatórios, vinculantes, exige o concurso dos órgãos internos do Estado para terem eficácia. Trata-se de um ramo do Direito que não pretende alcançar uma igualdade entre as partes, mas operar no plano das disposições substantivas e no âmbito processual exatamente em defesa dos manifestamente mais fracos, ou seja, das vítimas de violações dos Direitos Humanos.

E) A perspectiva de constituição do Direito dos Direitos Humanos requer, na ótica de Cançado Trindade, a superação de alguns dogmas presentes no ensino jurídico; dentre eles:

- (i) a rígida distinção entre Direito Público e Direito Privado. As necessidades atuais de proteção dos direitos do ser humano exigem a relativização do tratamento estanque das categorias do público e do privado, porque relações interindividuais, como é o caso da violência doméstica, e organismos não-estatais – como meios de comunicação e grupos econômicos – também podem ser fontes violadoras de direitos;
- (ii) somente os direitos civis e políticos são passíveis de contar com instrumentos processuais de defesa. Independentemente da natureza jurídica dos direitos econômicos e sociais (ou desdobramentos destes), há que se buscar os meios processuais eficazes de sua implementação, haja vista que o



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE

- ser humano – titular dos Direitos Humanos – não pode subdividir-se nestas diferentes searas de atuação;
- (iii) articulação entre o direito internacional e o direito interno. É extremamente inadequado defender a primazia das normas do direito internacional ou do direito interno, na medida em que o ser humano é sujeito tanto do direito interno quanto do direito internacional e, na verdade, o que deve prevalecer é a norma que melhor resguarde os Direitos Humanos, seja ela de emergência interna ou internacional.

22. A relação entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Nacional interno não é uma questão eminentemente teórica, mas envolve implicações práticas para a efetivação de um regime jurídico protetor do ser humano. Neste contexto, ganha relevância a articulação visceral entre a Constituição Federal de 1988 e os Tratados Internacionais de proteção aos Direitos Humanos, na medida em que a Magna Carta vigente representa o marco jurídico da institucionalização dos Direitos Humanos no Brasil. Flávia Piovesan apresenta quatro correntes doutrinárias brasileiras distintas em face do *status* conferido aos tratados internacionais de Direitos Humanos, antes do advento da Emenda Constitucional n. 45, de 2004. Após a leitura cuidadosa das assertivas seguintes, marque a alternativa ERRADA:

- A) Os tratados de Direitos Humanos possuem natureza constitucional (posição adotada por Flávia Piovesan), devido a uma interpretação sistemática e teleológica:
- (i) O art. 5º, § 2º, CF/88 deve ser visto à luz dos princípios da força normativa da Constituição e da ótima concretização da norma. Assim, partindo de uma nova classificação dos direitos previstos na Constituição – direitos expressos na Constituição; direitos expressos em tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte; direitos implícitos,



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

subentendidos nas regras de garantias e nos oriundos do regime e dos princípios adotados pela Magna Carta – os direitos constantes, nos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, devido ao seu caráter especial de salvaguarda dos direitos do ser humano e não das prerrogativas dos Estados, são materialmente constitucionais e densificam a ‘cláusula aberta’ da regra constitucional positivada no art. 5º, § 2º alargando o ‘bloco da constitucionalidade’; interpretação divergente desta aderiria ao fenômeno denominado por Marcelo Neves de ‘desconstitucionalização fática’ ou ‘concretização desconstitucionalizante’.

- (ii) O art. 1º, III, CF/88, privilegia a dignidade da pessoa humana como o grande meta-valor a iluminar a interpretação de todo o Ordenamento Jurídico.
- (iii) Existe uma superioridade dos tratados de Direitos Humanos no plano internacional, já que os direitos básicos da pessoa humana compõem um universo de princípios amplamente aceitos, e vistos como fundamentos estruturais de uma sociedade internacional, que criam obrigações *erga omnes* e apresentam especial força cogente, denominado de *jus cogens*.

B) Os tratados de Direitos Humanos possuem *status* paritário ao da lei federal (concepção defendida de forma majoritária pelo STF) – na ausência de menção constitucional expressa de hierarquia privilegiada do tratado internacional sobre as leis emanadas do Congresso Nacional –, estas últimas – vistas como fruto da vontade do legislador republicano – devem ter sua primazia garantida pela Justiça. Esta visão acarreta, porém, uma série de conseqüências deletérias: uma lei pode revogar um tratado internacional (de Direitos Humanos), tendo por base o princípio de que ‘lei posterior revoga a lei anterior que seja com ela incompatível’; há uma relativização do princípio da boa-fé vigente no direito internacional e um desrespeito à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, na medida em que o Estado-parte não pode levantar argumentativamente preceitos de direito interno para descumprir o tratado que livremente consentiu em obrigar-se; há, ademais, uma indiferença quanto às conseqüências do descumprimento do tratado no plano internacional, já que autoriza – independentemente do ato da denúncia – o Estado-parte a não observar dispositivos de âmbito internacional.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

- C) Os tratados de Direitos Humanos possuem hierarquia supraconstitucional (perspectiva sustentada pela maioria dos internacionalistas contemporâneos). Existe uma hierarquia normativa, cogente e detentora de força coativa da ordem supranacional em face da ordem nacional. Isso porque o direito internacional é visto como sendo superior ao direito interno posto pelo Estado, uma vez que constitui o limite jurídico ao exercício do poder estatal. Neste sentido, o Estado tem o dever de observar suas obrigações contratuais no âmbito internacional, não podendo revogá-las unilateralmente. Conseqüentemente, na hipótese de conflito entre as normas constitucionais e as normas advindas de tratados internacionais que versam sobre direitos fundamentais humanos, as últimas é que devem prevalecer.
- D) Os tratados de Direitos Humanos possuem hierarquia infraconstitucional, mas supralegal. Parte-se da premissa de que uma convenção internacional jamais pode prevalecer sobre a Constituição Federal, possui, portanto, hierarquia infraconstitucional, mas há a distinção entre os tratados tradicionais e os internacionais de Direitos Humanos, aceitando que os últimos possuam hierarquia supralegal. Este entendimento pretende estar em consonância com o movimento de internacionalização dos Direitos Humanos, conferindo aplicação direta às normas relativas às convenções de Direitos Humanos, mesmo que contrárias à lei ordinária – já que superiores a ela – sempre que não houver violação à Constituição Federal e as mesmas complementarem ou ampliarem o catálogo de direitos e de garantias constitucionalmente assegurados.
- E) A Emenda Constitucional n. 45, de 2004, sanou a polêmica doutrinária e jurisprudencial acerca da hierarquia dos tratados de Direitos Humanos, ao introduzir o § 3º no art. 5º, da CF/88, disciplinando que “Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas à Constituição”. É com pesar que a professora Flávia Piovesan atesta que, em face do § 3º no art. 5º, da CF/88, todos os tratados de Direitos Humanos já ratificados seriam recepcionados como lei federal, pois não teriam obtido o *quorum* qualificado de três quintos nem foram



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

aprovados por dois turnos de votação (mas em um único turno), conforme demanda o supracitado parágrafo. Assim, tão-somente os tratados internacionais de Direitos Humanos, ratificados posteriormente a 2004, poderão, na visão da autora, adquirir hierarquia constitucional, na medida em que serão material (por versarem sobre direitos fundamentais) e formalmente constitucionais (por obedecerem ao procedimento de aprovação exigido: *quorum* qualificado e votação em dois turnos).

23. “Em 15 de julho de 2008, a promotoria do Tribunal Penal Internacional solicitou ordem de prisão contra o presidente do Sudão, Omar al-Bashir, acusado pela prática de crime de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra cometidos na região de Darfur. Caberá ao Tribunal Penal Internacional decidir pela admissibilidade do caso, que seria o primeiro do tribunal contra um presidente em exercício. [...] Adicione-se que, em 21 de julho de 2008, foi preso o ex-líder servo-bósnio, Radovan Karadzic, o ‘carniceiro de Belgrado’, indiciado por crime de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. É acusado de ter ordenado o extermínio de 8 mil muçulmanos no massacre de Srebrenica em 1995 – essa é considerada a pior atrocidade registrada na Europa desde a 2ª Guerra Mundial.”(PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o direito constitucional internacional*. São Paulo: Saraiva, 2009). Os avanços paulatinos, não lineares e fruto de lutas políticas do processo de compromisso da comunidade internacional com a garantia dos Direitos Humanos, abrangem conquistas em vários âmbitos. Na instância global, Flávia Piovesan ressalta, dentre outras, a crescente atuação do



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE

Tribunal Penal Internacional em relação aos clamores e aos desafios da justiça internacional. Sobre este tema todas as assertivas abaixo estão corretas, EXCETO:

- A) O Estatuto do Tribunal Penal Internacional foi aprovado na Conferência de Roma, em 17 de julho de 1998, e conferiu à Corte Penal Internacional caráter permanente, independente, com jurisdição complementar em relação às Cortes nacionais e vinculada ao sistema das Nações Unidas. A criação de uma jurisdição internacional na área dos Direitos Humanos veio suprir a lacuna, apontada por Norberto Bobbio, de que o sistema global de proteção dos Direitos Humanos só englobava atividades de promoção e de controle dos Direitos Humanos, mas não de garantia dos mesmos.
- B) O Tribunal Penal Internacional é composto por dezoito juízes, com mandato de nove anos, e possui, como órgãos: Presidência; Câmaras; Promotoria e Secretaria. Importa destacar que compete ao Tribunal julgar os seguintes crimes: crime de genocídio; crimes contra a humanidade; crimes de guerra e crimes de agressão, sendo que tão-somente estes últimos crimes não possuem ainda uma definição legal, capaz de conferir-lhes uma certa precisão significativa.
- C) Quanto ao exercício da jurisdição internacional, este decorre da denúncia de um Estado-parte ou do Conselho de Segurança à Promotoria ou da própria Promotoria, agindo de ofício. Ressalta-se que, para que os crimes de competência do Tribunal sejam julgados, faz-se necessário que o Estado reconheça expressamente a jurisdição internacional, aderindo ao tratado. Ademais, a ratificação do tratado, em consonância com as normas que regem os pactos internacionais de Direitos Humanos, admite reservas, já que se trata de um ato oriundo do exercício da soberania estatal.
- D) No que tange às penas, o Estatuto admite sanções de natureza cível e penal. Quanto às primeiras, há a possibilidade de reparação às vítimas e aos seus familiares; já as últimas, a regra é a de pena máxima de 30 anos, embora admita-se – em casos excepcionais, dada a extrema gravidade do crime ou as circunstâncias pessoais do condenado – a prisão perpétua.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

E) Existem requisitos de admissibilidade para a atuação da jurisdição internacional, já que o Tribunal Penal Internacional é subsidiário à jurisdição penal nacional: indisposição do Estado-parte para realizar o julgamento do crime, seja pela demora injustificada, pela falta de independência ou pela parcialidade na solução judicial; incapacidade de o Estado proceder à investigação e ao julgamento do crime, caso em que o sistema nacional de justiça não possui credibilidade. A Corte Internacional, com essa sistemática baseada nos princípios da complementaridade e da cooperação, procurou harmonizar, então, a garantia do direito à justiça, o fim da impunidade e a soberania estatal.

24. Considere as seguintes afirmativas com relação ao *HABEAS*

DATA:

I – Diz-se que o *habeas data* é “retificatório”, quando se presta para a retificação de informações constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados que contenha informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros e que sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou da depositária das informações.

II – O *habeas data* cuida de garantia constitucional decorrente da chamada “liberdade de informática”, o que, às vezes, possibilita o acesso de pessoa física ou de pessoa jurídica aos bancos de dados para controle das informações neles constantes.

III – Diz-se que o *habeas data* é cognitivo quando se presta para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

IV – O *habeas data* presta-se, dentre outras finalidades, para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou de explicação sobre dado verdadeiro, mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.



**OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE**

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Apenas I é correta.
- B) Apenas II é incorreta.
- C) Apenas III é correta.
- D) Apenas IV é incorreta.
- E) Apenas III e IV são corretas.

25. Leia atentamente as assertivas a seguir:

I – Na perspectiva da Hannah Arendt, exposta no livro *Origens do Totalitarismo*, uma das características do Totalitarismo alemão foi a sua profunda ruptura com a tradição do Direito Natural dada a sua adesão ao Positivismo Jurídico. Graças a isso, o nazismo tornou-se uma forma de governo essencialmente marcada pela violação dos Direitos Humanos.

II – De acordo com Hannah Arendt, o Totalitarismo alemão é uma forma de governo comparável às tiranias tradicionais, na medida em que se trata do governo de uma autoridade que exerce o poder político sem a orientação de lei e que se utiliza do medo como estratégia de conquista da obediência dos súditos.

III – O Totalitarismo alemão fundou uma visão completamente diferente da tradição ocidental de lei, na medida em que a lei deixa de ser um padrão estável a partir do qual se estabelece tanto a avaliação da justiça das instituições políticas quanto da regulação das condutas humanas e passa a ser algo caracterizado pela instabilidade da eterna mudança; o que levará à necessidade do contínuo extermínio daqueles que estiverem contra as leis da natureza ou as leis da História.

→ Diante do exposto, é possível AFIRMAR que:



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

- A) I e II são falsas e III é verdadeira.
- B) I é falsa e II e III são verdadeiras.
- C) II é falsa e I e III são verdadeiras.
- D) III é falsa e I e II são verdadeiras.
- E) I, II e III são falsas.

26. Observe as afirmações a seguir:

I – A idéia de Direitos Humanos, inspirada na tradição liberal de defesa dos direitos individuais, é criticada pela tradição do pensamento materialista histórico-dialético, por se configurar em um discurso ideológico. Isso porque a concretização desses direitos individuais torna-se extremamente problemática no contexto de sociedades marcadas por relações sociais de produção contraditórias e pela luta de classes.

II – Na perspectiva de Albert Hirschman, no livro *A Retórica da Intransigência* (também conhecido por: *A Retórica Reacionária*), a afirmação histórica dos Direitos Humanos se fez a partir de um processo caracterizado por inúmeras resistências. Num primeiro nível, o discurso do Antigo Regime dizia que a ruptura com a tradição das sociedades aristocráticas conduziria à desordem e ao rebaixamento moral e intelectual da sociedade. Por outro lado, no século XIX, a burguesia resistiu profundamente à extensão da democracia para as classes trabalhadoras, seja argumentando que elas representariam a desordem ou o atraso da sociedade, já que incapaz para formar a vontade política do Estado dada a sua ignorância. No século XX, por sua vez, houve grande aversão à implementação dos direitos sociais, por se entender que eles implicariam violação à ordem social espontânea de mercado e acarretariam ineficiência econômica, hiper burocratização da sociedade e perda da liberdade individual.

III – José Eduardo Faria, em *O Direito na Economia Globalizada*, tem alertado para o fato de que a concretização dos Direitos Humanos, no contexto da



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

globalização econômica neoliberal, torna-se extremamente problemática, na medida em que o fenômeno da globalização econômica tem-se fundamentado no acirramento da competição entre áreas centrais, semi-periféricas e periféricas do capitalismo para atrair os investimentos externos diretos dos mega conglomerados privados, atores privilegiados desta nova fase do capitalismo. Uma das conseqüências perversas deste processo tem sido a significativa relativização da capacidade dos países – sobretudo os menos abastados – de implementar os direitos sociais, na medida em que os interesses estratégicos dos conglomerados internacionais fazem com que os países tenham que abdicar da efetivação dos Direitos Humanos: políticas fiscais, políticas econômicas recessivas, etc.

➔ **Após leitura dos itens acima, é CORRETO afirmar que:**

- A) I é verdadeira e II e III são falsas.
- B) II é verdadeira e I e III são falsas.
- C) III é verdadeira e I e II são falsas.
- D) I e III são verdadeiras e II é falsa.
- E) I, II e III são verdadeiras.

27. Ronald Dworkin, jusfilósofo norte-americano, em seu livro *Domínio da Vida*, sustenta a possibilidade de se encontrar uma solução jurídica racional para a controvérsia acerca do fato de o Estado dever proibir ou não o aborto e a eutanásia. E salienta que a sua posição está em conformidade com a “tradição de liberdade de consciência das modernas democracias pluralistas. [...] Se as grandes batalhas sobre o aborto e a eutanásia são realmente travadas em nome do valor intrínseco e cósmico da vida humana, como acredito que o sejam, então [...] não chega a surpreender que



**OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE**

muitas pessoas acreditem que o aborto e a eutanásia sejam profundamente condenáveis e, ao mesmo tempo, que não cabe ao governo tentar estigmatizá-los com a força bruta das leis penais”. (DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais.** São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 18-19) **Analise as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a resposta CORRETA.**

I – Dworkin defende, no livro *Domínio da Vida*, que o aborto e a eutanásia são as duas questões morais mais apaixonadamente debatidas contemporaneamente; daí a necessidade premente de se consolidar parâmetros – calcados na tradição da defesa da liberdade – para a responsabilidade individual sobre questões morais na esfera política. Pelo exposto, é possível perceber que Dworkin situará a discussão sobre o aborto num nível mais profundo, onde convergem questões fundamentais de Teoria do Direito, Filosofia Política e Filosofia Moral, dissolvendo as barreiras disciplinares convencionais e quebrando, portanto, com a abordagem juspositivista de necessária autonomia do conhecimento jurídico. Porém é importante ressaltar que todo o seu projeto direciona-se numa tentativa de reabilitar, a partir da Teoria do Direito, o ideário filosófico-político liberal como sendo o mais apto para resolver problemas surgidos na prática política e judicial. Articula-se, assim, teoria e práxis no pensamento do jusfilósofo norte-americano.

II – A via argumentativa para oferecer uma solução digna aceita por todos os setores sociais para a controvérsia acerca do aborto, fazendo com que as pessoas possam continuar a acreditar que o aborto é moralmente condenável e, com igual veemência, a defender que cabe ao Estado oferecer as condições para que as mulheres grávidas, se suas convicções assim permitirem ou exigirem, possam ser livres para abortar – é partir da premissa de que a vida humana tem um valor sagrado e que quaisquer de nossas escolhas (sobre nascimento ou morte) devem respeitar, na medida do possível, esse profundo



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

valor. Situando a polêmica acerca do aborto num debate sobre valores intrínsecos e não sobre direitos e interesses do feto e tendo por base a tese independente, em consonância com a tradição da liberdade de consciência das modernas democracias pluralistas, a questão que se apresenta é se o aborto nega e profana a santidade ou a inviolabilidade da vida humana. Dizer que a vida é intrinsecamente valiosa, que possui um valor sagrado, no sentido de inviolável, significa, em resumo, que a espécie humana deve sobreviver (biologicamente) e prosperar (culturalmente, o que envolve dois aspectos do sagrado: respeito por aquilo que a natureza – entendida como instância divina ou secular – produziu e respeito à criação artística, “ao processo vivido que compõe a biografia” de cada ser humano).

III – A redefinição de Dworkin sobre a polêmica relativa ao aborto possui implicações jurídicas e políticas. Em termos jurídicos, o jusfilósofo defende que o que importa de fato quando se questiona o direito constitucional ao aborto (tendo por base a regulação estadunidense do tema) é “se os poderes legislativos estaduais têm o poder constitucional de decidir quais valores intrínsecos todos os cidadãos devem respeitar, como os legisladores podem proibir o aborto com base em tal poder e de que modo podem fazê-lo”. Subjaz, porém, uma questão mais básica a ser decidida: como se deve interpretar a Constituição Federal. Dworkin defende uma interpretação originalista da Constituição: deve-se alcançar, normativamente, a intenção original daqueles que criaram a Constituição, já que esta é a única metodologia legítima para se interpretar de forma correta os preceitos da Carta Política fundamental evitando, de um lado, criação judicial, e garantindo, de outro, a máxima de que num Estado de Direito o que deve vigor é um ‘governo impessoal de leis’ e não um ‘governo pessoal de homens’.

- A) As afirmações I, II e III são verdadeiras.
- B) As afirmações I, II são verdadeiras.
- C) As afirmações I e III são verdadeiras.



**OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE**

D) As afirmações II e III são verdadeiras.

E) As afirmações I, II e III são falsas.

28. A efetiva internacionalização e a proteção dos Direitos Humanos pressupõem a reflexão sobre uma questão de fundo filosófico-moral: princípios capazes de conformar uma sociedade internacional justa, a fim de que não sejamos indiferentes a idéias marcadas pela descartabilidade do ser humano e pela defesa de que certos grupos de pessoas são detentores de mais direitos do que os demais grupos. Cumpre destacar, neste cenário, as contribuições de John Rawls para a construção de uma teoria de justiça internacional, esboçada em *The Law of Peoples*, na sua obra *Uma teoria da justiça*. Leia atentamente as afirmações seguintes sobre a análise de Álvaro de Vita, no livro *O liberalismo igualitário: sociedade democrática e justiça internacional*, acerca da perspectiva Rawlsiana sobre o tema em tela e, após, assinale a opção CORRETA.

I – Os princípios de justiça endereçados ao âmbito internacional seriam deliberados, num segundo momento, após a escolha dos princípios de justiça da esfera interna, mas também a partir da ‘posição original’ assumida no contrato social hipotético. O traço que mais chama a atenção neste segundo patamar do pacto (posição original global) é a primazia da representação dos interesses de povos e não de ‘Estados’ (a fim de preservar o ‘Direito dos Povos’ das prerrogativas menos sustentáveis moralmente da soberania estatal: os ‘direitos’ do soberano de tratar os nacionais como julgar conveniente e de declarar guerra a outras comunidades políticas) ou de ‘indivíduos’ (o intuito é construir uma concepção de justiça em nível internacional que não se configure



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

individualista em demasia; só assim as sociedades que não possuem uma organização política de cunho liberal-democrático poderiam aceitá-la e constituir-se enquanto membros de uma sociedade internacional de povos justa). Deduz-se, então, que a formulação de igualdade política inserta no Direito dos Povos volta-se para uma igualdade entre povos e não entre pessoas.

II – Álvaro de Vita ressalta que, embora Ralws enfatize os interesses dos ‘povos’ e não dos ‘Estados’, o conteúdo do Direito dos Povos é similar ao do Direito Internacional clássico, baseado no princípio da soberania estatal, temperado pelo banimento da guerra de agressão e por uma noção minimalista de Direitos Humanos. Neste sentido, os princípios normativos que resultariam do contrato social internacional podem ser assim enunciados: “(1) os povos são livres e independentes, e sua liberdade e independência devem ser respeitadas por outros povos; (2) os povos devem cumprir tratados e promessas; (3) os povos são iguais e constituem partes nos acordos que os comprometem; (4) os povos devem observar um dever de não-intervenção; (5) os povos devem ter um direito de autodefesa, mas não um direito de instigar a guerra por outras razões que não a autodefesa; (6) os povos devem honrar os Direitos Humanos; (7) os povos devem observar certas restrições especificadas à conduta na guerra; (8) os povos têm um dever de dar assistência a outros povos que se encontrem sob condições desfavoráveis, que os impeçam de ter um regime político e social justo e decente”.

III – O dever de assistência propugnado pelo oitavo princípio do Direito dos Povos é, na verdade, a extensão do princípio liberal-igualitário de justiça distributiva à sociedade internacional. Trata-se de um dever negativo, de caráter moralmente obrigatório, ou seja, de uma exigência moral de interditar as ações dos agentes que causam de forma direta injustiças ou danos a terceiros. As implicações políticas deste princípio são importantes. Pogge, citado por Álvaro de Vita, menciona – baseado em informações de 2001 do Banco Mundial – que “os 955 milhões de cidadãos (cerca de 15% da população



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

mundial) dos países de alta renda ficam com 81% (em taxas de câmbio correntes) do PIB mundial contra somente 1,3% que [...] é consumido pelos quase 2,8 bilhões que se encontram abaixo da linha de pobreza de dois dólares por dia”. Pelo exposto, se em Rawls as desigualdades sócio-econômicas devem ser reguladas por um princípio de justiça distributiva internacional, então é possível sustentar conceitualmente que o ônus para assegurar o banimento paulatino da desigualdade e da pobreza em escala global recai, principalmente, sobre os 955 milhões de cidadãos dos países mais ricos do mundo e seus governos. Conclui-se, então, que se as obrigações dos ricos em face dos pobres, na seara internacional, são obrigações de justiça e não de caridade, há a exigência moral de engendrar estruturas permanentes para regular as desigualdades na distribuição de recursos oriundas de arranjos institucionais dos quais os povos ricos são os maiores beneficiários.

→ Marque a opção verdadeira.

- A) I e II são corretas e a III é falsa.
- B) I e III são corretas e a II é falsa.
- C) Todas são corretas.
- D) Todas são falsas.
- E) II é correta e I e III são falsas.

29. A Criminologia Crítica aponta alguns reais desafios para a concretização de um regime de Direitos Humanos nas sociedades capitalistas contemporâneas. Sobre este tema, leia as assertivas abaixo e, em seguida, marque a alternativa CORRETA:

I – O sociólogo francês Loïc Wacquant aponta que os EUA têm-se configurado em uma ordem jurídico-política que torna extremamente problemática a concretização dos Direitos Humanos naquele país. De acordo com o autor, nos EUA, o desmonte do Estado de Bem-estar Social e de seus instrumentos de



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

promoção da seguridade social tem promovido uma era marcada pelo trabalho dessocializado e por uma queda vertiginosa dos investimentos nas áreas sociais. Isso tem oportunizado, nos EUA, o surgimento de políticas criminais, caracterizadas pela maximização da repressão penal que, na prática, tem realizado a criminalização daqueles marginalizados pelas políticas de ajuste econômico neoliberal e resultado do que o sociólogo chama de *Estado Penal*. Uma das conseqüências nefastas deste processo tem sido um verdadeiro encarceramento em massa nos EUA, privando milhões de pessoas de seus direitos civis mais básicos, os quais são nucleares em qualquer democracia, tais como: direito de ir e vir, direito à liberdade política e à liberdade de expressão, direito à intimidade, etc.

II – As teorias criminológicas materialistas têm visto com um grande grau de desconfiança as reais funções exercidas pelo Tribunal Penal Internacional na suposta proteção aos direitos humanos, na medida em que o mesmo não está imune, ou melhor, está submetido às relações de poder no âmbito internacional. Daí a dificuldade de fazer com que os países que detêm poder econômico, político e cultural sejam criminalizados. Prova disso é que, conforme dados apresentados pela professora Flávia Piovesan, em seu livro *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, até fevereiro de 2006 (oito anos de funcionamento), mais de mil e setecentas denúncias de indivíduos e de organizações não governamentais de direitos humanos, oriundas de mais de cem países, foram recebidas pela Promotoria do Tribunal Penal Internacional. No entanto, 80% delas foram consideradas fora da jurisdição do Tribunal Penal Internacional; o que atesta que o Tribunal funciona como um grande filtro das demandas por justiça internacional em face de crimes que violam a humanidade. Dos 20% das denúncias restantes, a Promotoria decidiu em 2004 pela instauração de duas investigações na África (em relação à República da Uganda e à República Democrática do Congo); em janeiro e em março de 2005 por uma investigação na República Centro Africana e outra no Sudão, respectivamente. Estes números corroboram a seletividade no processo



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 1ª FASE

(ainda não de todo configurado) de criminalização operada pelo Tribunal: somente países africanos foram alvos de denúncias recebidas e passíveis de serem investigadas pelo Tribunal.

III – Os meios de comunicação de massa (em especial a televisão) oferecem não só o discurso de legitimação ideológica do funcionamento do sistema penal, mas produzem consenso, ao controlar a opinião pública por meio da seleção e da transmissão de certos valores, em torno de determinadas idéias, criando uma realidade social, produzindo as reações necessárias às notícias veiculadas e construindo um ambiente propício para o desencadeamento de maior repressão estatal e para a normalização de violação sistemática de Direitos Humanos das camadas mais pobres da população, etiquetadas como criminosas. O debate sobre a segurança pública tomou a cena das discussões públicas pautadas pela mídia. Não se discute, porém, os efeitos devastadores produzidos pela adoção das políticas de ajuste neoliberal no Brasil a partir da década de 90, fazendo com que o Estado deixe de ter poder de gestão dos graves problemas sociais da maioria da população. Assim, criminalizam-se os efeitos sociais da adoção de um modelo econômico que aprofunda a injustiça social. O que importa chamar a atenção é para o fato de a mídia instituir uma imagem do criminoso como inimigo suscitando a necessidade de uma ‘intervenção bélica’, a fim de neutralizá-lo (num flagrante desrespeito ao direito humano básico da vida). A consequência disso, no Estado do RJ, por exemplo, é demonstrada no gráfico abaixo.

VÍTIMAS FATAIS DE AÇÕES POLICIAIS NO RJ

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
MORTES	300	397	389	441	581	900	1196

(Fonte: Polícia Civil/Professor Michel Misse)



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE

- A) I é verdadeira e II e III são falsas.
- B) I e II são verdadeiras e III é falsa.
- C) I e III são verdadeiras e II é falsa.
- D) II e III são verdadeiras e I é falsa.
- E) Todas são verdadeiras.

30. Leia a seguir alguns tópicos sobre a exegese dos Direitos Fundamentais que é influenciada pelos princípios interpretativos, após faça o que se pede:

I – Pelo *princípio da interpretação das leis conforme a Constituição*, entende-se que, no caso de enunciados normativos com várias significações possíveis, dentre as quais uma atentatória a um direito fundamental, deverá este enunciado ser considerando inconstitucional de modo a homenagear o princípio da supremacia da Constituição.

II – O princípio da dignidade da pessoa humana desempenha também um papel hermenêutico essencial, configurando-se como genuíno vetor exegético para a compreensão e a aplicação das demais normas constitucionais e infraconstitucionais.

III – A *força normativa da Constituição* visa exprimir, muito simplesmente, que a Constituição, sendo uma “lei”, deve ser aplicada. Afasta-se, assim, a tese generalizante aceita nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que atribuía à Constituição um “valor declaratório”, “uma natureza de simples direção política”, um caráter programático despido de força jurídica caracterizadora das verdadeiras leis, o que, de certo modo, prejudicava a aplicabilidade dos direitos fundamentais.

→ Marque a opção CORRETA:

- A) I, II e III estão corretas.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
1ª FASE

- B) I está incorreta, II e III estão corretas.
- C) I está correta, mas II e III estão incorretas.
- D) I está incorreta, II também está incorreta, apenas a III está correta.
- E) I e II estão corretas, apenas a III está incorreta.



OLIMPIÁDA JURÍDICA 2009 2ª FASE – DISCURSIVA

INFORMAÇÕES QUANTO À PRODUÇÃO DO TEXTO

- ✓ Os textos produzidos deverão estar bem fundamentados, além de ser uma construção textual em que haja clareza, coerência e coesão.
- ✓ O emprego de citações, se houver, no texto, deverá obedecer às normas previstas no Manual de Normas da FDV¹, quais sejam:

CITAÇÃO ATÉ 3 LINHAS	Corpo do texto
CITAÇÃO ACIMA DE 3 LINHAS	parágrafo recuado 4 cm da margem esquerda; tamanho da fonte – 10; espaçamento entrelinhas – simples.
SISTEMA DE CHAMADA	numérica, contendo a referência completa em nota de rodapé.

- ✓ Os textos deverão obedecer aos critérios de formatação a seguir:

EXTENSÃO DE CADA RESPOSTA	Mínimo de 30 linhas e máximo de 60.
PARAGRAFAÇÃO	Sistema brasileiro ou americano
ESPAÇAMENTO ENTRELINHAS	1,5
FONTE	Arial ou Times New Roman
TAMANHO DA FONTE	12
MARGENS SUPERIOR E ESQUERDA	3 cm
MARGENS INFERIOR E DIREITA	2 cm
PAPEL	A4

¹ O Manual de Normas da FDV encontra-se disponível no site www.fdv.br.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 2ª FASE – DISCURSIVA

1ª Questão: CORTE DE FORNECIMENTO DE ÁGUA

O município de Metrópolis tem o seu abastecimento de água e o seu tratamento de esgoto realizado pela concessionária METROAGUA, que procura o seu escritório de advocacia para uma consulta jurídica relacionada à temática da prestação do serviço público de água e de esgoto.

Os serviços prestados pela METROAGUA compreendem, direta ou indiretamente, os seguintes itens:

- (i) o tratamento de água;
- (ii) o fornecimento de água;
- (iii) a coleta de esgoto;
- (iv) o afastamento do esgoto;
- (v) o tratamento do esgoto;
- (vi) a disposição final de resíduos sólidos.

A METROAGUA possui um sistema próprio de custeio dos serviços que presta à população. Apesar disso, cobra uma das tarifas mais módicas do país. Nos últimos tempos, o grande número de inadimplentes contumazes tem causado grande prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro desta concessionária.

Neste contexto, a METROAGUA pretende saber da possibilidade do corte no fornecimento do serviço de fornecimento de água em relação àqueles que são inadimplentes.

Diante disso, produza um parecer, apresentando, de forma coerente, bem articulada e fundamentada, as premissas e as conclusões finais.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 2ª FASE – DISCURSIVA

2ª Questão: EXCLUSÃO DOS QUADROS DE ASSOCIAÇÃO

João Canarinho é cantor e compositor de música popular brasileira (MPB) e, durante muitos anos, fez parte da Associação dos Compositores do Brasil (ACB), sociedade civil sem fins lucrativos.

No mês passado, Canarinho participou de uma confraternização na sede social da ACB, quando se comemorou os vinte anos de fundação desta associação. Após beber durante toda a noite, Canarinho ficou muito embriagado e entrou em luta corporal com alguns homens que ali se encontravam.

Pouco tempo depois, o presidente da ACB designou uma comissão especial para apurar os fatos ocorridos naquela noite, a qual constatou que toda a confusão foi motivada pelo comportamento inadequado e desrespeitoso de Canarinho com todos os presentes na festa, especialmente com as mulheres.

Diante do relatório apresentado pela comissão, que constatou a conduta indevida e subsumiu a respectiva pena de exclusão prevista no estatuto da associação, o presidente da ACB excluiu sumariamente Canarinho do seu quadro social.

Isso onerou consideravelmente Canarinho, pois esta associação privada integra a estrutura do ECAD e assume posição privilegiada para determinar a extensão do gozo e da fruição dos direitos autorais de seus associados. Dessa forma, como não é mais sócio da ACB, Canarinho ficou impossibilitado de perceber os direitos autorais relativos à execução de suas obras.

Canarinho reconhece todo o transtorno que causou naquele dia e está muito arrependido do constrangimento causado a todos.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
2ª FASE – DISCURSIVA

Temendo ter cometido alguma injustiça, o presidente da ACB procura o seu escritório de advocacia para uma consulta jurídica, a fim de saber se há alguma irregularidade no processo de exclusão de Canarinho do quadro associativo.

Produza um parecer, apresentando, de forma coerente, bem articulada e fundamentada, as premissas e as conclusões finais.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009

3ª FASE – RESOLUÇÃO DE CASO

Itaocamirim é um pequeno município localizado no interior do país, com 18.944 habitantes e 4.270 eleitores, em que a maioria da população tem pouco ou nenhum estudo. A economia desta cidade gira em torno da lavoura de cana-de-açúcar e de uma usina que produz açúcar e álcool. No ano passado, a receita própria do município foi de R\$ 801.324,31 e recebeu ainda R\$ 15.065.853,57 em transferência de recursos.

Durante muito tempo, o poder político local esteve nas mãos dos grandes proprietários rurais da região, que também são sócios da usina, os quais conseguiam dirigir os votos de seus empregados e familiares conforme os interesses oligárquicos.

Nas últimas eleições municipais, entretanto, um cidadão muito humilde de quarenta anos de idade, chamado Luís Camarão, candidatou-se ao cargo de prefeito municipal e venceu as eleições graças ao seu grande carisma e ao apoio que conseguiu dos líderes políticos da oposição.

Durante o seu mandato, que ainda está em curso, Camarão tem conseguido grande aprovação popular, pois sempre norteou as suas ações em harmonia com os interesses da maioria da população. Apesar disso, Camarão tem encontrado muitas dificuldades para administrar o município, mormente em razão da falta de preparo e da inexperiência na condução dos negócios públicos. Convém destacar que, no município de Itaocamirim, o prefeito atua não só como agente político (chefe do Poder Executivo), mas também como ordenador de despesas, assinando contratos e cheques, determinando o pagamento de folha de pessoal, homologando e adjudicando procedimentos licitatórios, etc.

Como se isso não bastasse, Camarão ainda enfrenta sabotagens de alguns servidores públicos efetivos ligados ao antigo prefeito, que submetem à assinatura de Camarão textos elaborados com erros intencionais, além de realizarem contínuas



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 **3ª FASE – RESOLUÇÃO DE CASO**

greves. Além disso, na Câmara de Vereadores, o prefeito encontra forte oposição, o que faz com que seja muito difícil aprovar projetos de sua iniciativa.

Recentemente, o Tribunal de Contas do Estado, onde se localiza o município de Itaocamirim, pronunciou-se pela rejeição das contas do prefeito o que foi confirmado por três quartos dos membros da Câmara Municipal. A rejeição das contas foi motivada pela ausência de publicidade de diversos atos administrativos bem como pela realização de diversas despesas sem o necessário empenho.

Diante dessa situação, Luís Camarão contratou, então, um advogado e interpôs ação judicial objetivando a desconstituição da decisão que rejeitou as contas, mas não conseguiu decisão liminar favorável e ainda não houve sentença.

Ademais, o promotor de justiça que atua em Itaocamirim ajuizou ação de improbidade administrativa. Na petição, o promotor informa que, no exercício anterior, houve investimento de R\$ 3.000.287,00 em educação e R\$ 1.947.084,89 na saúde. O prefeito entende que os gastos realizados supriram todas as necessidades locais e que investimentos superiores seriam desperdício, pois, no ano anterior, fez altos investimentos.

Neste exercício, até o presente momento, a receita própria do município foi de R\$ 701.937,29 e, proporcionalmente, a transferência de recursos foi 5,7% menor. Os investimentos em saúde foram 206% superior ao ano anterior e em educação foram 109% maiores.

Neste ano, haverá eleições municipais e Luís Camarão deseja candidatar-se à reeleição. Os grupos de oposição apresentam grande repugnância à sua candidatura e o tacham de “ficha-suja”. Alegam que o direito fundamental à elegibilidade não pode servir de “porteira” para que pessoas ímprias possam concorrer a cargos públicos.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009
3ª FASE – RESOLUÇÃO DE CASO

No último final de semana, houve um bate-boca com adversários políticos no único bar da cidade. No calor da discussão, Luís Camarão, que estava visivelmente embriagado, agrediu fisicamente um adversário político, que fez registro disto na delegacia de polícia da cidade.

Diante deste quadro, Luís Camarão tem receio quanto a eventuais problemas com o registro de sua candidatura.

Por esta razão, decidiu procurar o seu escritório de advocacia para assessorá-lo juridicamente e esclarecê-lo quanto ao gozo dos seus direitos políticos.



OLIMPÍADA JURÍDICA 2009 3ª FASE – RESOLUÇÃO DE CASO

Elemento surpresa:

A briga envolvendo o prefeito repercutiu muito mal na cidade. Luís Camarão tentou mas não conseguiu abafar o caso e teve que realizar uma transação penal.

Posteriormente, o adversário político que havia sido agredido por Luís Camarão armou uma emboscada para este e aplicou-lhe uma grande surra. Em razão dos golpes sofridos, que atingiram os seus olhos, Luís Camarão ficou completamente cego.

Quem passou a cuidar da saúde de Camarão e a ler os textos para ele foi o seu companheiro, Clodomiro Fernandez. Ambos mantêm uma união estável homoafetiva há quase cinco anos.

Ainda tem mais: além dos problemas de gestão que o prefeito vinha enfrentando, a crise mundial fez diminuir a receita do município e não foi possível cumprir os limites fiscais impostos para gastos com pessoal.

Questões:

Luís Camarão contratou a sua assessoria jurídica com o fim de esclarecer se ainda goza plenamente dos seus direitos políticos e, especialmente, para saber se:

- (1) a decisão do Tribunal de Contas é suficiente para determinar a sua inelegibilidade;
- (2) a decisão da Câmara de Vereadores é suficiente para restringir o seu direito de se eleger e se é possível pedir uma nova votação nesta Casa para tentar reverter o quadro;
- (3) pode ser vislumbrada alguma situação de improbidade administrativa, e se isto pode produzir algum reflexo em suas ambições políticas;
- (4) as consequências jurídicas advindas da briga do bar podem atrapalhar os seus planos eleitorais;
- (5) a sua condição de cego o impede de tentar a reeleição;
- (6) o seu companheiro pode ser candidato a vereador nas eleições vindouras.

Todas as respostas devem ser fundamentadas. Quando houver mais de uma corrente, todas devem ser apresentadas, expondo os argumentos que o levam a adotar uma e a refutar a(s) outra(s).